

**Infraestrutura** Estudo mostra oferta garantida mesmo com alta do consumo

# Demanda fraca afasta risco de falta de energia até 2020

Rodrigo Polito e Camila Maia

Do Rio e São Paulo

A sobra de energia no sistema elétrico brasileiro, devido principalmente à queda drástica do consumo em decorrência da crise econômica, é tão grande que não há risco de desabastecimento no país pelo menos até 2020. A conclusão faz parte de estudo inédito feito pelo Instituto Acende Brasil, sobre as causas da crise energética de 2013/2015, e que indica que a segurança no abastecimento está garantida, mesmo em um eventual cenário de estresse, com demanda alta e atraso na implantação de usinas e linhas de transmissão.

De acordo com o estudo, que traçou quatro cenários considerando a demanda (de referência ou elevada) e o cronograma dos projetos (em dia ou em atraso), o maior risco de déficit nos próximos quatro anos é de 3,95% em 2017, em um dos cenários estudados. Esse número é inferior aos 5% considerados toleráveis pelo modelo atual do sistema elétrico.

“Para os anos próximos, em princípio está tudo bem. Não tem nada que exceda os 5% [de risco de déficit]”, afirmou Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. “Mesmo em um cenário de atraso, ainda estamos com excedente. O impacto dessa queda de consumo, da recessão, foi brutal”.

Na última semana, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) — que reúne a cúpula energética do governo — avaliou que há atualmente uma sobra estrutural no sistema de cer-

ca de 12.899 megawatts (MW) médios para atender a carga prevista. Esse montante equivale a cerca de 20% do consumo atual do sistema elétrico brasileiro. O CMSE destacou ainda a entrada em operação de 4.323 MW de nova capacidade neste ano.

De acordo com estudo recente da consultoria Roland Berger, as sobras de energia devem ser um problema com duração de até dez anos. Segundo a empresa, o auge da sobrecontratação das distribuidoras deve acontecer em 2019, com sobras de aproximadamente 16,5 gigawatts (GW) médios, ou 24% do total.

A queda do consumo, aliada a melhora do regime hidrológico do país, levou os reservatórios hidrelétricos do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, a terminar o mês de junho com 56% da capacidade de armazenamento. Foi o melhor resultado para junho desde 2013, antes do início da crise hidrológica.

Para os próximos três meses, porém, a expectativa, segundo o Instituto Climatempo, é de pouca chuva, em linha com o perfil hidrológico histórico para o inverno. Na avaliação do instituto, o efeito do “El Niño” caracterizado por chuvas mais acentuadas no Sul, já terminou e ainda não há sinais claros de formação do “La Niña”, que causa aumento de chuvas no Nordeste. “Não temos perspectiva, nem estamos observando um inverno com ‘El Niño’ ou ‘La Niña’”, afirmou Alexandre Nascimento, meteorologista do Climatempo.

A equipe energética do governo do presidente interino Michel Te-

## Causas e impactos

Crise energética 2013/2015

### Causas

Quatro anos seguidos (2012 a 2015) de volume de chuvas abaixo da média

Atraso médio de 7 meses na implantação de usinas e de 14 meses em linhas de transmissão

Política de contratação de energia inadequada

Sinalização de preços inapropriada e sem conexão com a realidade

Divergência entre modelo projetado e a operação ocorrida na prática

Fonte: Instituto Acende Brasil

### Impactos

Descasamento financeiro de distribuidoras, da ordem de R\$ 14 bilhões

Impacto sobre os geradores hidrelétricos (GSF)

Empréstimo de R\$ 21,2 bilhões feito pela CCEE, com impacto de R\$ 39,1 bilhões nas tarifas até 2020

Alto índice de inadimplência em liquidações do mercado de curto prazo da CCEE

mer quer aproveitar o momento de “calmaria” no setor para fazer mudanças no modelo regulatório. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, em evento recente no Rio de Janeiro, o primeiro passo é buscar uma solução definitiva para a sobrecontratação das distribuidoras, que chega a 113% em média.

Outro objetivo da nova equipe energética é retirar amarras criadas pelo governo da presidente afastada Dilma Rousseff e que geraram disputas judiciais nos últimos anos. Entre elas está a resolução número 3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que prevê o rateio por todos os agentes do setor elétrico, inclusive geradoras e comercializadoras, dos custos de geração termelétrica por medida de segurança.

De acordo com levantamento

da consultoria Thymos Energia, apenas essa resolução do CNPE foi alvo de 124 liminares, que amparam 894 agentes dos custos extras de geração termelétrica, um imbróglio da ordem de R\$ 4,3 bilhões. Segundo o presidente da Thymos, João Carlos Mello, esse item é um dos “esqueletos” pendurados da gestão anterior que precisam ser solucionados. A consultoria entregou ao ministro Coelho Filho uma lista com 15 pontos para serem destravados no setor.

O presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, também elogiou a postura adotada pelo novo governo. “Nunca gostaríamos de ter ingressado nessa judicialização. Mas houve um determinado momento que faltava diálogo [com o governo]”.